

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	9
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	12
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	13
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	14
----------------------------------	----

Relatório da Administração	16
----------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Com Ressalva	64
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	67
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	68
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	6.988.146.121
Preferenciais	6.988.146.121
Total	13.976.292.242
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	1.250.425	1.467.685	1.426.586
1.01	Ativo Circulante	314.174	309.932	186.446
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.198	54.431	118.893
1.01.02	Aplicações Financeiras	149.203	152.734	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	149.203	152.734	0
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	149.203	152.734	0
1.01.03	Contas a Receber	58.475	59.038	58.386
1.01.03.01	Clientes	58.475	59.038	58.386
1.01.03.01.01	Contas a Receber	56.807	57.500	56.907
1.01.03.01.02	Contas a Receber Partes Relacionadas	1.668	1.538	1.479
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.790	7.285	2.413
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.888	2.387	3.174
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	90.620	34.057	3.580
1.01.08.03	Outros	90.620	34.057	3.580
1.01.08.03.01	Contas a Receber com Operações de Derivativos	44.797	162	0
1.01.08.03.02	Pagamentos Antecipados Relacionados à Concessão	44.956	33.791	3.297
1.01.08.03.03	Adiantamento a Fornecedores	562	0	21
1.01.08.03.04	Outros Créditos	305	104	262
1.02	Ativo Não Circulante	936.251	1.157.753	1.240.140
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	137.503	223.152	220.042
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	1.528	1.594	1.399
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	1.528	1.594	1.399
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	135.975	221.558	218.643
1.02.01.10.03	Contas a Receber com Operações de Derivativos	0	41.030	32.658
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	0	20	20
1.02.01.10.05	Pagamentos Antecipados Relacionados a Concessão	134.867	179.212	184.498
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais e Outros	1.108	1.296	1.467
1.02.03	Imobilizado	44.686	48.533	55.921
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	40.820	42.058	46.885

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	3.866	6.475	9.036
1.02.04	Intangível	754.062	886.068	964.177
1.02.04.01	Intangíveis	754.062	886.068	964.177
1.02.04.01.02	Intangível	728.981	886.068	964.177
1.02.04.01.03	Intangível em Construção	25.081	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	1.250.425	1.467.685	1.426.586
2.01	Passivo Circulante	328.948	147.350	487.309
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.053	9.714	9.122
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.296	1.389	1.118
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.757	8.325	8.004
2.01.02	Fornecedores	15.521	19.708	16.987
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	15.353	19.587	16.877
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	168	121	110
2.01.03	Obrigações Fiscais	52.575	55.405	55.884
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	48.103	50.564	51.028
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	44.039	44.311	46.684
2.01.03.01.02	Outros Impostos e Contribuições a Recolher	4.064	6.253	4.344
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.472	4.841	4.856
2.01.03.03.01	ISS a Recolher	4.472	4.841	4.856
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	200.181	17.811	291.635
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	5.803	104.806
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	0	68
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	5.803	104.738
2.01.04.02	Debêntures	200.181	12.008	186.829
2.01.05	Outras Obrigações	50.618	18.126	57.469
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	43.102	3.813	3.773
2.01.05.02	Outros	7.516	14.313	53.696
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	1.295	1.372	1.329
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	6.221	5.579	6.066
2.01.05.02.06	Contas a Pagar com Operações de Derivativos	0	7.362	46.301
2.01.06	Provisões	0	26.586	56.212
2.01.06.02	Outras Provisões	0	26.586	56.212
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	0	26.586	56.212
2.02	Passivo Não Circulante	676.079	1.062.053	702.929

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	616.935	938.328	586.266
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	148.805	148.092
2.02.01.02	Debêntures	616.935	789.523	438.174
2.02.02	Outras Obrigações	0	66.247	64.676
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	39.815	41.346
2.02.02.02	Outros	0	26.432	23.330
2.02.02.02.05	Contas a Pagar com Operações de Derivativos	0	26.432	23.256
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	0	0	74
2.02.03	Tributos Diferidos	54.133	48.905	37.667
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	54.133	48.905	37.667
2.02.04	Provisões	5.011	8.573	14.320
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.011	8.573	7.090
2.02.04.02	Outras Provisões	0	0	7.230
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	0	0	7.230
2.03	Patrimônio Líquido	245.398	258.282	236.348
2.03.01	Capital Social Realizado	139.763	139.763	139.763
2.03.02	Reservas de Capital	2.642	2.642	2.642
2.03.02.07	Ágio em Transação de Capital	2.642	2.642	2.642
2.03.04	Reservas de Lucros	102.993	115.877	93.943
2.03.04.01	Reserva Legal	27.953	27.953	27.953
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	0	87.889	65.955
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	35	35	35
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	75.005	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	946.599	1.024.875	965.776
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-371.799	-374.160	-385.947
3.02.01	Custo de Construção	-24.468	-49.941	-57.892
3.02.02	Provisão de Manutenção	-1.730	-174	-37.147
3.02.03	Depreciação e Amortização	-168.071	-143.554	-123.634
3.02.04	Custo da Outorga	-60.121	-60.837	-58.855
3.02.05	Serviços	-58.426	-62.461	-53.567
3.02.06	Custo com Pessoal	-40.192	-39.998	-38.398
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-10.436	-9.573	-8.954
3.02.08	Outros	-8.355	-7.622	-7.500
3.03	Resultado Bruto	574.800	650.715	579.829
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-62.287	-65.188	-62.655
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-63.804	-64.966	-64.198
3.04.02.01	Custo com Pessoal	-17.499	-18.010	-14.957
3.04.02.02	Serviços	-29.041	-27.862	-27.131
3.04.02.03	Materiais, Equipamentos e Veículos	-529	-654	-626
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	-1.889	-2.107	-2.911
3.04.02.05	Associação de Classe	-1.263	-1.275	-1.136
3.04.02.06	Campanhas Publicitárias e Eventos, Feiras e Informativos	-4.820	-2.674	0
3.04.02.07	Água, Luz, Telefone, Internet e Gás	-2.220	-1.931	-1.955
3.04.02.08	Aluguéis de Imóveis e Condomínios	-104	-103	-142
3.04.02.09	Gastos com Viagens e Estadias	-16	-41	0
3.04.02.10	Provisão para Contingências Jurídicas	3.563	-1.483	0
3.04.02.11	Incentivos Fiscais	-4.952	-6.761	0
3.04.02.12	Provisão para Perda Esperada - Contas a Receber	71	22	0
3.04.02.13	Outros	-5.105	-2.087	-15.340
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.870	1.412	1.742
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-353	-1.634	-199
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	512.513	585.527	517.174

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.06	Resultado Financeiro	-55.942	-65.965	-109.728
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	456.571	519.562	407.446
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-154.986	-168.468	-135.821
3.08.01	Corrente	-149.758	-157.230	-145.644
3.08.02	Diferido	-5.228	-11.238	9.823
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	301.585	351.094	271.625
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	301.585	351.094	271.625
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,02055	0,02392	0,01851
3.99.01.02	PN	0,02261	0,02632	0,02036
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,02055	0,02392	0,01851
3.99.02.02	PN	0,02261	0,02632	0,02036

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	301.585	351.094	271.625
4.03	Resultado Abrangente do Período	301.585	351.094	271.625

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	535.226	521.187	496.977
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	577.881	595.256	556.347
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	301.585	351.094	271.625
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.228	11.238	-9.823
6.01.01.03	Apropriação de Despesas Antecipadas	38.012	3.297	3.297
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	151.848	128.547	110.424
6.01.01.05	Amortização do Direito da Concessão	18.112	17.114	16.121
6.01.01.06	Baixa do Ativo Imobilizado	356	1.634	200
6.01.01.07	Juros e Variação Monetária Sobre Debêntures e Empréstimos	69.472	57.985	78.992
6.01.01.08	Capitalização de Custo de Empréstimo	-2.464	-6.340	-9.137
6.01.01.09	Provisão (Reversão) para Créditos de Liquidação Duvidosa	-8	-3	-65
6.01.01.10	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	-43	4.284	6.395
6.01.01.11	Constituição da Provisão de Manutenção	1.730	174	37.147
6.01.01.12	Ajuste a Valor Presente da Provisão de Manutenção	462	3.962	5.810
6.01.01.13	Variação Cambial sobre Empréstimos	-2.838	1.326	-51.981
6.01.01.14	Resultado de Operações com Derivativos	-6.222	16.880	91.694
6.01.01.15	Juros sobre Mútuos	2.646	4.066	5.645
6.01.01.16	Variações Cambiais sobre Fornecedores Estrangeiros	5	-2	3
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-42.655	-74.069	-59.370
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	701	-590	-51.426
6.01.02.02	Partes Relacionadas - Contas a Receber	-64	-254	54.803
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	1.515	-4.892	-47
6.01.02.04	Despesas Antecipadas e Outras	-514	1.136	-1.029
6.01.02.05	Despesas Antecipadas da Outorga Fixa	-4.832	-28.505	-25.444
6.01.02.06	Adiantamento a Fornecedores	-562	21	401
6.01.02.07	Fornecedores	-4.192	2.723	-6.213
6.01.02.08	Fornecedores - Partes Relacionadas	-484	490	659
6.01.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	339	592	-204
6.01.02.10	Impostos e Contribuições a Recolher e Parcelados e Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	143.233	157.000	163.248

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01.02.11	Pagamentos de Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Previdenciários	-3.519	-2.801	-1.538
6.01.02.12	Obrigações com o Poder Concedente	-77	43	48
6.01.02.13	Realização da Provisão de Manutenção	-28.778	-40.992	-23.677
6.01.02.14	Outras Contas a Pagar	642	-561	-670
6.01.02.15	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-146.063	-157.479	-168.281
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-28.468	-208.192	-67.782
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado	-8.168	-7.746	-10.630
6.02.02	Aquisição de Ativo Intangível	-23.831	-47.712	-57.152
6.02.03	Aplicações Financeiras	3.531	-152.734	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-553.991	-377.457	-369.463
6.03.01	Resgates/Aplicações (Com Reserva)	0	0	122
6.03.02	Dividendos Pagos a Acionistas Controladores	-314.469	-329.160	-412.033
6.03.03	Liquidação de Operações com Derivativos	-37.311	-54.397	-42.315
6.03.04	Cessão Onerosa - Pagamento de Juros	-2.688	-4.323	-5.691
6.03.05	Empréstimos e Debêntures - Captações	0	329.237	450.470
6.03.06	Empréstimos e Debêntures - Pagamentos de Principal	-148.572	-272.710	-292.590
6.03.07	Empréstimos e Debêntures - Pagamentos de Juros	-50.824	-44.380	-67.426
6.03.08	Empréstimos e Debêntures - Custo de Transação Incorrido	-127	0	0
6.03.09	AFAC - Partes Relacionadas	0	-1.724	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-47.233	-64.462	59.732
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	54.431	118.893	59.161
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.198	54.431	118.893

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	115.877	0	0	258.282
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	115.877	0	0	258.282
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-87.889	-226.580	0	-314.469
5.04.06	Dividendos	0	0	-87.889	-226.580	0	-314.469
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	301.585	0	301.585
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	301.585	0	301.585
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	75.005	-75.005	0	0
5.06.04	Dividendo Adicional Proposto	0	0	75.005	-75.005	0	0
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	102.993	0	0	245.398

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	93.943	0	0	236.348
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	93.943	0	0	236.348
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-65.955	-263.205	0	-329.160
5.04.06	Dividendos	0	0	-65.955	-250.244	0	-316.199
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-12.961	0	-12.961
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	351.094	0	351.094
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	351.094	0	351.094
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	87.889	-87.889	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	87.889	-87.889	0	0
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	115.877	0	0	258.282

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	139.763	2.642	224.226	0	0	366.631
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	139.763	2.642	224.226	0	0	366.631
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-196.238	0	0	-196.238
5.04.06	Dividendos	0	0	-196.238	0	0	-196.238
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	271.625	0	271.625
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	271.625	0	271.625
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	65.955	-271.625	0	-205.670
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	65.955	-65.955	0	0
5.06.04	Dividendos antecipados	0	0	0	-205.670	0	-205.670
5.07	Saldos Finais	139.763	2.642	93.943	0	0	236.348

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	1.036.487	1.118.198	1.060.406
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.033.952	1.111.836	1.051.269
7.01.02	Outras Receitas	2.464	6.340	9.137
7.01.02.01	Juros Capitalizados	2.464	6.340	9.137
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	71	22	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-144.649	-173.527	-208.506
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-73.918	-77.300	-67.261
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-44.533	-46.112	-46.206
7.02.04	Outros	-26.198	-50.115	-95.039
7.02.04.01	Custo de construção	-24.468	-49.941	-57.892
7.02.04.02	Provisão de manutenção	-1.730	-174	-37.147
7.03	Valor Adicionado Bruto	891.838	944.671	851.900
7.04	Retenções	-169.960	-145.661	-126.545
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-169.960	-145.661	-126.545
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	721.878	799.010	725.355
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	70.519	103.932	159.348
7.06.02	Receitas Financeiras	70.519	103.932	159.348
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	792.397	902.942	884.703
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	792.397	902.942	884.703
7.08.01	Pessoal	51.022	51.374	47.265
7.08.01.01	Remuneração Direta	34.404	36.287	30.904
7.08.01.02	Benefícios	13.835	12.399	13.801
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.797	1.818	1.677
7.08.01.04	Outros	986	870	883
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	249.839	264.052	230.057
7.08.02.01	Federais	199.153	214.856	180.219
7.08.02.02	Estaduais	153	159	140
7.08.02.03	Municipais	50.533	49.037	49.698
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	189.951	236.422	335.756

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.08.03.01	Juros	128.286	174.406	275.699
7.08.03.02	Aluguéis	1.544	1.179	1.202
7.08.03.03	Outras	60.121	60.837	58.855
7.08.03.03.01	Outorga	60.121	60.837	58.855
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	301.585	351.094	271.625
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	12.961	0
7.08.04.02	Dividendos	226.580	250.244	205.670
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	75.005	87.889	65.955

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas

É com satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo – ViaOeste S.A. (CCR ViaOeste), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

1.2. Apresentação

A Companhia foi constituída em 1998 e tem por objeto exclusivo a exploração do sistema Castello-Raposo, respectivos acessos, execução, fiscalização e gestão dos serviços delegados, complementares e de apoio aos serviços não delegados e tudo mais que for objeto do contrato de concessão CR/003/1998, celebrado em 30 de março de 1998 entre a Companhia e a ARTESP, na qualidade de sucessora do DER (“Contrato de Concessão”), sendo vedada a prática de atos estranhos à essa finalidade. Composta pelas Rodovias Presidente Castello Branco (SP-280), Raposo Tavares (SP-270), Senador José Ermírio de Moraes (SP-075) e Dr. Celso Charuri (SP-091/270), sendo responsável pela administração (operação, conservação e manutenção) de 176,06 quilômetros e manutenção e conservação de 4,4 quilômetros (“Concessão”). O prazo do Contrato de Concessão original era de 240 (duzentos e quarenta) meses, que, conforme aditado pelo 12º Termo Aditivo Modificativo ao Contrato de Concessão, passou a ser de 297 (duzentos e noventa e sete) meses, permanecendo válido, portanto, até dezembro de 2022.

A Companhia emprega de forma direta 777 pessoas. Atualmente, a empresa gera empregos em toda a região de influência de suas rodovias, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 16 municípios do entorno das rodovias sob sua administração.

A Companhia é uma sociedade por ações controlada pela CCR S.A. (“CCR”), a qual detém diretamente 100% do capital social da Companhia.

1.3. Destaques de 2018

Investimentos

- SP280 - Rodovia Castello Branco
 - Intervenção no Pavimento km 13,7 ao km 33,0;
 - Implantação de Faixa Adicional km 44,2 ao km 45,8;
 - Implantação de Faixa Adicional km 50,4 ao km 52,4.
- SP270 - Rodovia Raposo Tavares
 - Intervenção no Pavimento km 34 ao km 87,2;
 - Intervenção no Pavimento km 92 ao km 115,5.
- SP091 - Rodovia Dr. Celso Charuri
 - Intervenção no Pavimento km 0 ao km 6,5.

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Foram distribuídos no ano de 2018, devidamente aprovados em AGE (Assembleia Geral Extraordinária):

- 28/02/2018 - R\$ 40.000 de dividendos intermediários de 2017;

Relatório da Administração

- 29/03/2018 - R\$ 47.889 de dividendos intermediários de 2017;
- 26/10/2018 - R\$ 226.580 de dividendos intermediários de 2018.

Empréstimos e Debêntures

- Liquidação Resolução 4131 (Banco de Tokyo).

Programas sociais

Os programas sociais beneficiaram 110.000 crianças, jovens e adultos.

Prêmios e reconhecimentos

- Prêmio ARTESP - Segurança Rodoviária.

2. Desempenho econômico-financeiro

2.1. Eventos relevantes ao Mercado

- Liquidação Resolução 4131 (Banco de Tokyo).

Quadro resumo do desempenho econômico-financeiro

Em R\$ mil	2018	2017	Var. %
Receita líquida	946.599	1.024.875	-7,64%
Receita de pedágio	993.618	1.046.603	-5,06%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	24.468	49.941	-51,01%
Outras receitas	15.866	15.292	3,75%
(-) Deduções da receita bruta	87.353	86.961	0,45%
(-) Custos e despesas (a)	434.086	439.348	-1,20%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	24.468	49.941	-51,01%
Demais custos e despesas	409.618	389.407	5,19%
(-) Resultado financeiro líquido	55.942	65.965	-15,19%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	154.986	168.468	-0,1 p.p.
Lucro líquido	301.585	351.094	-14,10%
(+) Resultado financeiro líquido	55.942	65.965	-15,19%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	154.986	168.468	-8,00%
EBIT (b)	512.513	585.527	-12,47%
Margem EBIT	54,14%	57,13%	-3,0 p.p.
Margem EBIT ajustada (c)	55,58%	60,06%	-4,5 p.p.
(+) Depreciação/amortização	169.960	145.661	16,68%
EBITDA (b)	682.473	731.188	-6,66%
Margem EBITDA	72,10%	71,34%	0,8 p.p.
(+) Provisão de manutenção (d)	1.730	174	894,25%
(+) Despesas antecipadas ao resultado (e)	38.012	3.297	10,5 p.p.
EBITDA ajustado	722.215	734.659	-1,69%
Margem EBITDA ajustada (f)	78,32%	75,35%	3,0 p.p.
Dívida bruta	817.116	956.139	-14,54%
Investimentos	60.777	96.450	-36,99%
Veículos equivalentes (em milhares)	115.909	121.734	-4,79%

(a) Custos totais: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais.
 (b) Calculados de acordo com a Instrução CVM nº 527/12.

Relatório da Administração

- (c) A margem EBIT ajustada foi calculada por meio da divisão do EBIT pelas Receitas Líquidas sem considerar a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.
- (d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica nas investidas da CCR e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide notas explicativas 2 - Principais práticas contábeis (item "m") e 25 - Provisão de manutenção - Consolidado.
- (e) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras. Para maiores detalhes vide nota explicativa 12 - Pagamentos antecipados relacionados à concessão - Consolidado.
- (f) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

2.2. Desempenho

2.2.1. Receita operacional

A receita bruta de pedágio em 2018 totalizou R\$ 993.618 (-5,1% sobre 2017). A redução das receitas de pedágio é reflexo especialmente da isenção da cobrança do eixo suspenso no final do primeiro semestre do ano e da greve dos caminhoneiros ocorrida no mês de maio.

2.2.2. Custos e despesas totais

Os custos e despesas apresentaram uma diminuição de 1,20% em relação a 2017, perfazendo R\$ 434.086 no ano de 2018. Os principais motivos dessa variação estão indicados abaixo:

- Os custos de construção atingiram R\$ 24.468. A diminuição de 51,0% em relação a 2017 é reflexo do cronograma de investimento acordado com o Poder Concedente.
- A provisão de manutenção apresentou aumento de 894,3% em relação ao ano de 2017, atingindo R\$ 1.730 em 2018. Durante o exercício de 2018, foram realizadas revisões das estimativas dos custos da provisão de manutenção no que tange, entre outros, a análise e reavaliação dos projetos executivos, a periodicidade das obras de manutenção e sua conexão com o contrato de concessão, e conseqüentemente a estimativa dos custos a serem provisionados e a correspondente apuração do valor presente.
- As despesas de depreciação e amortização somaram R\$ 169.960 no ano de 2018. O crescimento de 16,7% em relação ao ano anterior decorre dos investimentos adicionais que entraram em operação, descrito na seção de investimentos.
- O custo da outorga (que inclui a apropriação de despesas antecipadas) atingiu R\$ 60.121. A variação negativa de 1,2% deve-se principalmente a isenção da cobrança do eixo suspenso no final do primeiro semestre do ano e da greve dos caminhoneiros ocorrida no mês de maio.
- Em 2018 o custo de serviços totalizou R\$ 87.467, representando diminuição de 3,2% em relação a 2017. Neste grupo temos os itens de prestadores de serviços, assim como os custos diretos relacionados à conservação especial da rodovia, tais como: estabilização de terraplenos, conservação de obras de arte especiais (pontes, viadutos e túneis), obras de arte correntes (drenagem), entre outros.
- Os custos e despesas com pessoal atingiu R\$ 57.691 no ano de 2018, registrando diminuição de 0,5% em relação a 2017. Essa diminuição é reflexo principalmente das adequações de pessoal e dissídio.
- Os outros custos e despesas, tais como serviços públicos, aluguéis, marketing, materiais, equipamentos e veículos tiveram redução de 5,1% em relação a 2017, atingindo R\$ 32.649 no ano de 2018.

Relatório da Administração

2.2.3. Resultado financeiro

No ano de 2018 o resultado financeiro foi negativo em R\$ 55.942 e representa uma melhora de 15,19% em relação ao resultado negativo de R\$ 65.965 apurado em 2017. Houve diminuição dos Juros sobre empréstimos, reflexo da liquidação da 4ª emissão de debentures em maio de 2017. Houve ainda expressiva diminuição das despesas com operações de Hedge/Swap, Variações Cambiais e juros e variações monetárias, decorrentes do financiamento, ocorrido em outubro de 2015 e janeiro de 2016, via Lei 4131.

2.2.4. Lucro líquido

Em 2018, o lucro líquido atingiu R\$ 301.585, apresentando diminuição de 14,10% em relação a 2017. A diminuição da Receita Operacional deve-se principalmente a isenção da cobrança do eixo suspenso no final do primeiro semestre do ano e da greve dos caminhoneiros ocorrida no mês de maio e diminuição de custos operacionais e financeiros no período.

2.2.5. Dívida

Em 2018, a dívida bruta alcançou R\$ 817.116, uma redução de 14,5% em comparação a R\$ 956.139 em 2017.

2.2.6. Investimentos

No acumulado do ano de 2018, os investimentos somaram R\$ 60.777. Os investimentos, principalmente àqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para melhoria da qualidade de vida e segurança da população lindeira e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos realizados em 2018, destacam-se: Intervenções no Pavimento e Implantação de Faixas Adicionais, visando o aumento de capacidade do tráfego e a melhoria da fluidez.

3. Estratégia e Gestão

3.1. Governança Corporativa

Conselho de administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. Nosso Conselho de Administração é, atualmente, composto por seis membros efetivos, dentre os quais um será eleito Presidente e um Vice-Presidente.

De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada e será composto por, no mínimo seis e no máximo oito membros efetivos. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, serão eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva funcionará em forma colegiada, deliberando sempre por consenso entre seus integrantes. Na hipótese de não ocorrer o esperado consenso, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração.

Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo nosso Conselho de Administração para um prazo de mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Relatório da Administração

Atualmente, a Diretoria da companhia é composta por 2 (dois) membros, sendo um deles Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores e o outro de Engenharia de Operações, conforme Estatuto Social da Companhia.

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia é o Sr. Marcelo Bandeira Ferreira Boaventura. A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Rodovia Presidente Castello Branco, km 24 – lado par (sentido capital), Conjunto Norte, Jardim Mutinga, Município Barueri, Estado São Paulo, CEP: 06463-400 e no endereço eletrônico www.grupoccr.com.br/viaoeste.

O Sr. Marcelo Bandeira Ferreira Boaventura pode ser contatado no telefone (11) 2664-6006 ou pelo e-mail: cvm.viaoeste@grupoccr.com.br.

Outras informações da Companhia podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da própria Companhia e da CVM.

3.2. Gestão de Pessoas

A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Atualmente a Companhia emprega 777 de forma direta.

Em 2018, foram investidos R\$ 204 em 98 programas de treinamento e capacitação das pessoas.

4. Sustentabilidade

Desde sua criação, em 1999, o Grupo CCR tem o objetivo de criar e compartilhar valor com os acionistas, a sociedade, os colaboradores e todos os seus outros públicos de relacionamento, considerando os impactos econômicos, sociais e ambientais de seus negócios. Por isso, incorpora continuamente as melhores práticas de governança e de gestão da sustentabilidade, de forma transversal, em todos os modais que administra.

Anualmente, em seu site, o Grupo CCR divulga o Relatório Anual e de Sustentabilidade (RAS), de acordo com as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e do Conselho Internacional para o Relato Integrado (IIRC), padrões internacionalmente reconhecidos para a prestação de contas do desempenho em sustentabilidade. As informações que atendem aos protocolos e diretrizes da GRI são verificadas por empresa externa, a partir de um processo que envolve a avaliação dos dados, dos processos e sistemas de gestão e das evidências apresentadas.

Em 2017, o RAS passou a estar em conformidade com a GRI Standards, a mais atual norma global para a comunicação dos impactos e benefícios socioambientais dos negócios. Antes disso, em 2016, a companhia conduziu um novo estudo de materialidade que permitiu (i) identificar os temas da sustentabilidade mais importantes para a tomada de decisão dos *stakeholders* e (ii) priorizar os temas com abordagem específica para os modais em operação.

Na divulgação de seu desempenho, o Grupo CCR, convidado para fazer parte do grupo de empresas *frontrunners* do Relato Integrado, busca evidenciar como sua estratégia de atuação gera valor em seis diferentes tipos de capitais, propostos pelo IIRC: (i) financeiro; (ii) natural; (iii) humano; (iv) manufaturado; (v) intelectual; e (vi) social e de relacionamento. Dessa maneira, acionistas, organizações do setor financeiro, analistas de mercado e outros públicos têm acesso as informações mais completas e abrangentes sobre os impactos positivos proporcionados pelo modelo de negócios.

Relatório da Administração

Além da prestação de contas, a atuação sustentável do Grupo CCR é reforçada por meio da adesão a compromissos voluntários de âmbito global. A companhia é signatária do Pacto Global desde 2011, responde voluntariamente aos questionários da plataforma Carbon Disclosure Project (CDP) e contempla, na definição de sua estratégia, as contribuições de seus negócios para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Primeira companhia listada no segmento Novo Mercado da B3, em 2002, o Grupo CCR atualmente compõe as carteiras do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), que reconhecem as organizações com melhor desempenho na gestão de aspectos econômicos e socioambientais.

Desde 2014, o Instituto CCR é responsável por centralizar a gestão dos projetos e das iniciativas que contribuem para o desenvolvimento social, nos municípios de atuação das empresas controladas. Os investimentos são realizados com recursos próprios e de incentivos fiscais (Lei Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte, Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundos Municipais do Idoso). Para conhecer os projetos desenvolvidos, acesse www.institutoccr.com.br.

A Companhia também possui parcerias estratégicas com organizações alinhadas aos seus valores e que contribuem para o desenvolvimento sustentável. Entre esses parceiros estão o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e a Childhood Brasil, que combate o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

4.1. Gestão da sustentabilidade

A Companhia possui um programa estruturado com metas, recursos e responsáveis definidos para a gestão de recursos ambientais. Este programa tem como objetivo a melhoria contínua, baseada em abordagens preventivas de gestão ambiental, visando o uso ou consumo sustentável de recursos naturais renováveis a longo prazo. No ano de 2018 a Companhia manteve as certificações conquistadas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001, operando o SGI – Sistema de Gestão Integrado, que contempla as ações de Qualidade, Meio Ambiente, Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional.

Além disso em 2018 a Companhia colaborou dentro dos seus processos de sustentabilidade a permanência do Grupo CCR na carteira do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial.

- Principais projetos sociais desenvolvidos pela Companhia

A Companhia desenvolve e apoia diversos projetos junto a seus públicos de relacionamento. Em 2018, a Concessionária apoiou 17 ações culturais, sociais ou esportivas que beneficiaram mais de milhares de pessoas em 16 municípios limieiros ao Sistema Castello-Raposo. Como exemplo de projetos realizados, temos: Programa Estrada para a Saúde, que cuida da saúde do caminhoneiro, realizando exames periódicos e orientações importantes para manutenção da saúde do motorista profissional. Outro destaque é o Programa Caminhos para a Cidadania que oferece educação no trânsito para alunos do 4º e 5º anos da rede municipal de ensino.

- Principais ações para redução do consumo de água, energia e geração de resíduos

Em 2018 foram realizadas ações para a redução do consumo de água, energia, combustível e geração de resíduos, com o objetivo de reduzir os impactos ambientais. Entre as ações implantadas, foi constituído um grupo de trabalho para definir as estratégias de comunicação para orientar e conscientizar os colaboradores, intensificando a necessidade das mudanças de hábitos e comportamentos em relação ao consumo consciente.

A concessionária utilizou água de reuso em seus processos operacionais e administrativos, implantou iluminação a LED, controle das contas públicas para identificação de desvios no consumo de água e energia elétrica, utilização de combustíveis e veículos menos poluentes

Relatório da Administração

(moto resgate e veículo elétrico) na gestão de resíduos, reaproveitamento e reciclagem de entulho de construção civil e material fresado.

- Investimento em treinamentos e capacitações para os colaboradores

A Companhia trabalha ativamente de maneira a desenvolver seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2018, ocorreram diversos treinamentos destacando-se: SuperInteração/Gestão Participativa (disseminação aos colaboradores do atendimento sobre as metas pactuadas para o ano e resultados do ano anterior), Workshop Gestão de Pessoas – O papel indelegável do líder e programa aprimorando, resgate veicular e salvamento básico em altura.

5. Considerações finais

5.1. Agradecimentos

Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia.

5.2. Auditores independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, não foram contratados Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.3. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Barueri, 26 de março de 2019.

A Administração.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade por ações de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada à Rodovia Presidente Castello Branco, Km 24 – Lado Par – Conjunto Norte, bairro Jardim Mutinga, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo. A Controladora final da Companhia é a CCR S.A..

A Companhia tem como objeto exclusivo, sob o regime de concessão entre 31 de março de 1998 e 31 de dezembro de 2022, a exploração do Sistema Rodoviário Castello Branco/Raposo Tavares, incluindo as rodovias Presidente Castello Branco (SP 280), Raposo Tavares (SP 270), Senador José Ermírio de Moraes (SP 075) e Dr. Celso Charuri (SP 091), compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema e respectivos acessos, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto de acordo com o Edital de Concorrência nº 008/CIC/97 do Departamento de Estradas de Rodagem - DER de São Paulo. A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão, denominados de ampliações principais:

Marginais da Rodovia Presidente Castello Branco km 13,7 ao km 24,6

Construção de marginais na Rodovia Presidente Castello Branco entre os km 13,7 e km 24,6 (região de Alphaville), concluída no primeiro semestre de 2001.

Duplicação da Rodovia Raposo Tavares km 34,0 ao km 115,5

A duplicação entre os trechos dos km 34,0 ao km 45,0 e dos km 89,0 ao km 115,5 já foram concluídas. A duplicação entre o km 45,0 e km 89,0 deverá ser concluída até 2022, conforme Contrato de Concessão nº 003/CR/1998, de 30 de março de 1998 e seus Termos Aditivos e Modificativos.

Contornos de São Roque e Brigadeiro Tobias

O contorno de São Roque foi executado no período de setembro de 2006 a agosto de 2007, na Rodovia Raposo Tavares (SP 270). O contorno de São Roque possui uma extensão de 4,5 km, em pista simples, com duas faixas de rolamento e acostamentos, desviando o tráfego pesado do centro do município de São Roque para a rodovia.

O contorno de Brigadeiro Tobias, foi concluído em julho de 2007, na Rodovia Raposo Tavares - SP 270, no distrito de Sorocaba. Da mesma forma que o contorno de São Roque, esta obra permitiu o desvio do tráfego rodoviário do centro urbano do distrito de Brigadeiro Tobias, interligando a Rodovia Raposo Tavares (SP 270) entre o km 87,0 e o km 89,6.

Em 2016, a Companhia concluiu o prolongamento e duplicação do contorno de São Roque. O projeto visou aumentar a capacidade do contorno existente (o qual teve sua construção finalizada em 2007), que circunda o município de São Roque - SP, desviando o tráfego pesado da área urbana.

Duplicação km 63+000 ao km 67+000 – São Roque – SP / Mairinque – SP

O projeto de duplicação do trecho entre os km 63+000 ao 67+000 na região de Mairinque – SP atravessa área conturbada entre os municípios de São Roque - SP e Mairinque - SP, melhorando a infraestrutura viária para movimentações de tráfego regional e local. A ampliação proposta contempla inserção/ampliação de áreas de acostamento, barreira central de separação das pistas e eliminação das travessias em nível e promoverá condições para a fluidez do tráfego, melhorias das condições de segurança e ampliação da capacidade de tráfego.

A duplicação km 63+000 ao km 67+000 foi concluída em maio de 2017.

Notas Explicativas

A Companhia também atuou no sentido de viabilizar soluções de investimentos e serviços de infraestruturas no trecho concedido à Companhia, contribuindo para o desenvolvimento das regiões lindeiras. Neste intuito, a Companhia seguiu com os seguintes projetos:

Projeto Cebolão

O Projeto Cebolão consistiu na construção de um complexo viário, que se uniu ao antigo Cebolão, objetivando a redução do congestionamento na chegada à São Paulo, através da Rodovia Presidente Castello Branco. Este projeto também contemplou melhorias no trevo de acesso à Jandira, Itapevi e Aldeia da Serra.

Dentro do escopo desse projeto, o Poder Concedente estendeu a área de atuação da Companhia e autorizou a extensão dos pedágios das praças de Barueri e Osasco para as pistas expressas da Rodovia Presidente Castello Branco.

Marginais de Sorocaba - km 92,0 a km 106,0

Este investimento, com início em setembro de 2008, tem o intuito de atender aos níveis de serviço devido à alta demanda de tráfego rodoviário local, proporcionando mais conforto e fluidez aos usuários. A Companhia liberou para o tráfego de veículos a nova pista da marginal da Rodovia Raposo Tavares entre o km 95 e km 106, conforme abaixo:

- 1ª Etapa: entre os km 99 e km 100 - conclusão em 06/2009;
- 2ª Etapa: entre os km 95 e km 98 - conclusão em 12/2010;
- 3ª Etapa: entre os km 98 e km 99, bem como, entre os km 100 e km 105 - conclusão em 03/2011; e
- 4ª Etapa: entre os km 105 e km 106 - conclusão em 01/2013.

A última etapa da construção da marginal da Rodovia Raposo Tavares, entre o km 92 e km 95, foi concluída em dezembro de 2014.

1.1. Processo de investigação

Em 23 de fevereiro de 2018, foram veiculadas matérias na imprensa noticiando que a CCR S.A. e determinadas companhias integrantes do grupo CCR foram citadas em delação premiada do Sr. Adir Assad, que teria relatado a existência de pagamentos decorrentes de contratos de patrocínio de diversos eventos esportivos, entre os exercícios de 2009 e 2012. O assunto foi objeto de Comunicado ao Mercado, divulgado em 24 de fevereiro de 2018.

Em reunião extraordinária do Conselho de Administração de 28 de fevereiro de 2018, foi deliberada a criação de um Comitê Independente que – em conjunto com assessores jurídicos e com uma empresa internacional de consultoria especializada em investigação corporativa – iniciou o procedimento de investigação para a apuração dos fatos noticiados e eventuais fatos conexos que poderão ou não envolver outras empresas do Grupo.

Em 28 de fevereiro e 12 de março de 2018, a controladora CCR S.A. divulgou fatos relevantes informando ao mercado não só a criação do Comitê Independente, como sua composição e a seleção pelo Comitê Independente dos seus assessores jurídicos e de empresa internacional de consultoria especializada na realização de processos de investigação corporativa, como acima referido. Como divulgado no Fato Relevante de 28 de fevereiro, as conclusões do Comitê Independente seriam submetidas ao Conselho de Administração, que deliberaria quanto às medidas necessárias a serem tomadas.

Notas Explicativas

Em 3 de maio de 2018, a controladora CCR S.A. recebeu do Ministério Público do Estado de São Paulo, pedido de informações, no âmbito de Inquérito Civil, sobre os fatos noticiados pela imprensa. O prazo para resposta à referida solicitação seria o dia 14 de maio de 2018. Porém, no curso desta solicitação, foram requeridos novos esclarecimentos, tornando o prazo acima prejudicado. Em seguida, antes de cumpridas as referidas solicitações, o Ministério Público do Estado de São Paulo decretou o sigilo do procedimento.

Em 20 de maio de 2018, foi veiculada matéria sob título “*MP aponta caixa 2 da CCR para a campanha de Alckmin*”. Conforme comunicado ao mercado, datado de 24 de maio de 2018, a controladora CCR S.A., respondendo a Ofício da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, esclareceu que, em 28 de fevereiro de 2018, tão logo tomou conhecimento de reportagens publicadas na imprensa acerca de suposta prática de atos ilícitos envolvendo a controladora CCR S.A., foi constituído Comitê Independente para conduzir investigações relacionadas aos eventos citados nas reportagens e conexos. Ademais, a controladora CCR S.A., ressaltou também que os trabalhos do Comitê ainda não haviam se encerrado, e que, portanto, as investigações conduzidas sob sua supervisão não haviam sido concluídas.

Em 15 de outubro de 2018, a controladora CCR S.A. divulgou Fato Relevante citando que segue no firme propósito de contribuir com as autoridades para que a investigação em curso elucide os fatos veiculados recentemente na mídia.

Em 29 de novembro de 2018, a controladora CCR S.A., divulgou Fato Relevante informando que, naquela data, foi celebrado o Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo (“MP/SP”), que será posteriormente encaminhado para homologação judicial, pelo qual se comprometerá a pagar, a quantia de R\$ 81.530, dos quais R\$ 64.530 para o Estado de São Paulo e R\$ 17.000, a título de doação, para a Faculdade de Direito da USP. Tais valores serão pagos em duas parcelas, a primeira no valor de R\$ 49.265 em 1º de março de 2019, e o saldo remanescente em 1º de março de 2020. Com a celebração do Termo de Autocomposição, fica encerrado o Inquérito Civil PJPP-CAP nº 14.0695.0000295/2018 (vide item 4.5 do Formulário de Referência da Companhia), conduzido pelo MP/SP, que tinha por objeto apurar certos fatos envolvendo a Companhia e algumas de suas controladas. Os termos e condições do Termo de Autocomposição são sigilosos.

Em 07 de dezembro de 2018, foi divulgado pela controladora CCR S.A. Fato Relevante informando que as investigações conduzidas pelo Comitê Independente, constituído em 28 de fevereiro de 2018, foram encerradas em 05 de dezembro de 2018, e seu resultado foi comunicado ao Conselho de Administração em reunião realizada em 07 de dezembro de 2018. Referido resultado é sigiloso por abranger fatos tratados no Termo de Autocomposição.

O Conselho de Administração, diante dos fatos e recomendações apresentados e sem prejuízo das medidas já tomadas visando ao aprimoramento dos mecanismos de controle e da estrutura de governança corporativa da Companhia, deliberou, por unanimidade, que sejam tomadas imediatamente medidas relacionadas (i) ao aprimoramento dos controles internos e da estrutura de governança da Companhia, inclusive no que se refere às políticas internas da Companhia e o seu Código de Ética; (ii) à criação de plano de trabalho para endereçar todas as recomendações apontadas pelo Comitê Independente, com uma avaliação detalhada de riscos relacionados às atividades da Companhia e suas subsidiárias e controladas, levando-se em conta o setor de atuação da Companhia e o nível de interação com o setor público; e (iii) ao monitoramento, em caráter permanente, do andamento de cada uma das medidas determinadas naquela data pelo Conselho de Administração.

Adicionalmente, no Fato Relevante a controladora CCR S.A. informou que (i) não há pessoas envolvidas nas ilicitudes apuradas que, na data do referido Fato Relevante ainda sejam administradores da controladora CCR S.A. ou de empresas do Grupo CCR e que (ii) apresentará os resultados da investigação às autoridades públicas competentes e manterá os seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados a respeito de eventuais desdobramentos relacionados aos temas tratados.

Notas Explicativas

Em 13 de fevereiro de 2019, a controladora CCR S.A., divulgou Fato Relevante visando esclarecer aos acionistas sobre matéria divulgada na mídia acerca de suposto superfaturamento. A controladora CCR S.A., reiterou o conteúdo do Fato Relevante de 29 de novembro, inclusive quanto ao sigilo dos fatos apurados e dos termos e condições do Termo de Autocomposição, razão pela qual encontra-se impedida de fazer qualquer comentário quanto ao conteúdo da reportagem veiculada naquela data. Reiterou, ainda, os principais pontos do Fato Relevante de 7 de dezembro de 2018, sobre os resultados do Comitê Independente, e os próximos passos (acima detalhados). Por fim, destacou que continuará contribuindo com as demais autoridades públicas e manterá os seus acionistas e o mercado devidamente informados a respeito de eventuais desdobramentos relacionados ao tema.

Adicionalmente, a Companhia e a Controladora CCR S.A., continuará contribuindo com as autoridades públicas e manterá os seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados a respeito de eventuais desdobramentos relacionados aos fatos acima mencionados.

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles:

(i) Termo Aditivo Modificativo nº 12/06

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela Companhia solicitação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para apresentação de defesa prévia em processo administrativo, referente ao Termo Aditivo Modificativo (TAM) nº 12/06, de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação, em 14 de dezembro de 2012, a Companhia foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até 20 de setembro de 2013. Em 26 de setembro de 2013, a Companhia apresentou seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 13 de janeiro de 2014, a Companhia apresentou suas alegações finais. Em 05 de maio de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1019684-41.2014.8.26.0053 contra a Companhia pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 12/06. A Companhia ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1027970-08.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 12/06. Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 12ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 12ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Em 13 de abril de 2016, foi apresentado laudo pericial contábil favorável à Concessionária. Em 05 de junho de 2017, o juiz indeferiu os quesitos complementares apresentados pelo Estado de São Paulo e intimou o perito para que se manifeste quanto à similitude entre as ações conexas. Em 12 de julho de 2017, o perito apresentou manifestação confirmando a similitude das questões tratadas nas ações e informando que a perícia já realizada poderia ser aproveitada em ambas as ações. Após manifestação da Companhia, em 12 de setembro de 2017, concordando com o laudo

Notas Explicativas

pericial, o juiz, em 07 de novembro de 2017, declarou encerrada a fase de instrução do processo. Na sequência, as partes apresentaram alegações finais. Em 03 de maio de 2018, foi proferida decisão convertendo o julgamento em diligência para requerer ao perito manifestação sobre sete novos quesitos propostos pela juíza. Em 02 de julho de 2018, foi juntado laudo complementar do perito reafirmando suas conclusões anteriores, em resposta aos quesitos formulados pela juíza. Aguarda-se prolação da sentença.

A Companhia propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019924-81.2013.8.26.0053 visando a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 1º de fevereiro de 2015 foi proferida sentença extinguindo o feito sem julgamento de mérito. Em 19 de março de 2015, a Companhia interpôs recurso de apelação ao qual o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) negou provimento em 19 de março de 2018. Em 18 de maio de 2018, a Companhia protocolou os embargos de declaração contra o acórdão que julgou a apelação.

Em 30 de julho de 2018, os embargos de declaração foram rejeitados por unanimidade. Em 12 de setembro de 2018, a Companhia interpôs recurso especial e recurso extraordinário, que aguardam juízo de admissibilidade.

(ii) Reajuste Tarifário de 2013

O Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) e definir várias medidas de compensação da sua não cobrança dos usuários, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% sobre a receita bruta, previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas as seguintes medidas: (i) edição da Resolução SLT nº 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013, e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta.

Ocorre que, as medidas estabelecidas pela ARTESP não foram suficientes para compensar integralmente o desequilíbrio econômico-financeiro que as Concessionárias suportaram pelo não repasse, aos usuários, do reajuste tarifário definido em 2013.

Por essa razão, a Companhia, em 11 de maio de 2017, propôs ação de procedimento ordinário nº 1019351-84.2017.8.26.0053 contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em razão da ausência de reajuste da tarifa de pedágio em 2013 e parcial em 2014.

A ação encontra-se em fase de instrução.

(iii) Reajuste Tarifário de 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013,

Notas Explicativas

mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 02 de julho de 2014, a Companhia propôs Ação de Procedimento Ordinário nº 1026968-03.2014.8.26.0053, visando a regularidade do Contrato, com aplicação do índice contratual às tarifas de pedágio. Em 03 de março de 2015 foi publicada sentença julgando procedente a ação. Em 09 de março de 2015, foram opostos embargos de declaração pela Companhia, pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Após decisão proferida nos embargos de declaração, a ARTESP e Estado de São Paulo interpuseram recurso de apelação, que foi provido, por unanimidade, em acórdão publicado em 28 de junho de 2016. A Companhia opôs embargos de declaração, que foram rejeitados. A Companhia interpôs recursos especial e extraordinário em dezembro de 2016. Em 31 de maio de 2017, ambos os recursos foram inadmitidos.

Em 28 de junho de 2017, a Companhia interpôs agravos em recurso especial e recurso extraordinário. Em 24 de setembro de 2018, foi publicada a decisão monocrática que conheceu do agravo para negar provimento ao recurso especial. Em 16 de outubro de 2018, foi interposto o recurso de agravo interno pela Companhia, que aguarda julgamento.

(iv) Alteração do índice de reajuste de tarifas de pedágio

Em 5 de janeiro de 2013, a CCR divulgou fato relevante ao mercado, informando que foram celebrados, em 15 de dezembro de 2011, os Termos Aditivos Modificativos (TAMs) aos Contratos de Concessão entre a ARTESP e as controladas, quais sejam: (i) AutoBAn - Contrato de Concessão nº 005/CR/1998 e TAM nº 25/2011; (ii) ViaOeste - Contrato de Concessão nº 003/CR/1998 e TAM nº 22/2011; (iii) SPVias - Contrato de Concessão nº 010/CR/2000 e TAM nº 18/2011; e (iv) Renovias - Contrato de Concessão nº 004/CR/1998 e TAM nº 19/2011.

Referidos TAMs tinham como objeto (i) a alteração do índice de reajuste das tarifas de pedágio dos Contratos de Concessão, de IGP-M para IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e (ii) o estabelecimento do procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro em relação ao índice original do contrato (IGP-M) e sua recomposição, decorrentes da utilização do novo índice de reajuste tarifário (IPCA).

Em 29 de junho de 2015, foram celebrados Termos de Retirratificação aos TAMs celebrados, com o objetivo de: (i) adotar como índice de reajuste das tarifas de pedágio do Contrato de Concessão, aquele que, entre o IGP-M e o IPCA, apresentar menor variação percentual no período compreendido entre a data do último reajuste realizado e a data do reajuste que será realizado; e (ii) estabelecer o procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da aplicação dessa alteração.

Diante disso, será caracterizada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a favor das concessionárias, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas e efetivamente cobradas pelas concessionárias e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, na forma prevista no anexo 4 do edital de licitação.

O procedimento de revisão contratual para reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão em razão da alteração do índice de reajuste da tarifa de pedágio deve ser realizado, tendo em vista os montantes de desequilíbrio apurados anualmente, mediante processo administrativo específico, instaurado pela ARTESP no mês de julho, a cada dois anos de vigência deste instrumento, periodicidade que poderá ser alterada de comum acordo entre as partes, a partir do 5º ano.

Notas Explicativas

Ante a demora da ARTESP na inauguração e implementação do primeiro processo administrativo tratando do biênio compreendido entre 1º de julho de 2013 e 30 de junho de 2015, a Companhia, em 5 de abril de 2017, ajuizou ação de procedimento ordinário nº 1016978-80.2017.8.26.0053, contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio devido relativamente ao aludido período.

A ação encontra-se em fase de instrução.

Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As demonstrações financeiras da Companhia não contemplam ajustes decorrentes deste processo, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) *Moeda estrangeira*

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados, exceto quanto às diferenças cambiais resultantes da conversão de *hedge* de fluxos de caixa qualificado e efetivo, que são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

b) *Receitas de contratos com clientes*

A Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 / IFRS 15 estão descritos na letra “r” desta nota.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização das rodovias pelos usuários.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Notas Explicativas

c) *Instrumentos financeiros*

A Companhia adotou inicialmente o CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018. O efeito da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9 estão descritos na letra *r* desta nota.

- **Classificação**

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

As duas principais categorias de classificação para ativos e passivos financeiros são: mensurados ao custo amortizado e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao VJR:

- São mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, são classificados como ao VJR.

Os passivos financeiros são classificados como ao custo amortizado, ou VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR, são mensurados pelo custo amortizado.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável como VJR, um ativo ou passivo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

- **Mensuração e desreconhecimento**

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento e mensurados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, que tem como composição somente pagamento de principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e, os juros são definidos como: (i) uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo; (ii) pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e; (iii) por outros riscos e custos básicos, como por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos, assim como uma margem de lucro, se houver.

Notas Explicativas

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A receita de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses ativos financeiros são reconhecidos no resultado.

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos, na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros mensurados ao custo ao amortizado são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

São mensurados inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. A diferença entre o valor justo entre o novo passivo financeiro e a baixa do anterior, modificado, é reconhecida no resultado.

A despesa de juros e ganhos e perdas cambiais apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses passivos financeiros são reconhecidos no resultado.

Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR

Ativos ou passivos financeiros são classificados pelo VJR caso tenham sido classificados como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, bem como a mensuração posterior do valor justo, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo VJR e suas variações são registradas no resultado do exercício.

Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo ou *hedge* de fluxo de caixa.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente

Notas Explicativas

efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A nota explicativa nº 20 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

Hedge de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada, prospectivamente, quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir da data de descontinuação.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Capital social - ações ordinárias e preferenciais

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

Notas Explicativas

O imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada.

- Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios

Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico. Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 12.

Notas Explicativas

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “r”.

Os ativos em fase de construção são classificados como Intangível em construção.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passaria a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia; ou
- O contas a receber de clientes estiver vencido há mais de 90 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

Notas Explicativas

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários do projeto de infraestrutura detida, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução de valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Notas Explicativas

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

l) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Notas Explicativas

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram promulgadas ou substantivamente promulgadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração.

O imposto diferido não é reconhecido para:

Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

n) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

o) Direito da concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 - Contratos de concessão, é adotada a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa nº 21) com base nos termos contratuais, sob o entendimento dos contratos de concessão destas investidas serem contratos executórios. A Administração da Companhia avalia que estes contratos de concessão podem ser encerrados sem custos relevantes que não sejam indenizados.

p) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura – (ICPC 01 R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Notas Explicativas

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

q) Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

r) Adoção Inicial de normas e interpretações novas e revisadas

A Companhia adotou inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2018, as seguintes normas:

- **CPC 47 / IFRS 15 – Receitas de contratos com clientes**

Introduziu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. Estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

Após as análises realizadas, a Companhia não identificou impactos da adoção desta norma, exceto quanto ao descrito no parágrafo seguinte, nas suas Demonstrações Financeiras, em comparação com as normas anteriores de reconhecimento de receita, seja em termos de montante das receitas de construção e outras receitas operacionais, conforme em termos de momento de reconhecimento da receita dos serviços aos usuários de seus projetos de concessão de infraestrutura de transportes, bem como no reconhecimento das receitas de construção, conforme requerido pelo ICPC 01 / IFRIC 12, já reconhecidas anteriormente de forma desagregada.

Notas Explicativas

O intangível em construção reflete os ativos que ainda não estavam em operação na data das demonstrações financeiras. O valor do intangível em construção em 1º de janeiro de 2018, era de R\$ 31.183.

- **CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros**

Estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos e passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros.

i. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Sua adoção não teve efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito a seguir, demonstrando as categorias de mensuração até então vigentes no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias requeridas para mensuração, para cada classe de ativos financeiros da Companhia, em 1º de janeiro de 2018.

Ativos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38/ IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48/ IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38/ IAS 39	Valor contábil de acordo com o CPC 48/ IFRS 9
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	57.500	57.500
Contas a receber - partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	3.132	3.132

ii. Impairment de ativos financeiros

Substitui o modelo de perda incorrida do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a valor justo através de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber e créditos com partes relacionadas. A aplicação do *impairment* de ativos financeiros com base nas perdas esperadas não resultou em uma provisão adicional nas informações financeiras da Companhia, no momento da adoção da nova norma.

iii. Contabilidade de hedge

A Companhia optou por adotar o novo modelo de contabilidade de hedge do CPC 48 / IFRS 9. Isso exige que a Companhia assegure que as relações de *hedge* estejam alinhadas com seus objetivos e estratégias de gestão de risco e que a Companhia aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. A aplicação da contabilidade de *hedge* de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 não teve impacto no momento de adoção da nova norma.

s) Novas Normas e Interpretações ainda não efetivas

A Companhia é obrigada a adotar o CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos, a partir de 1º de janeiro de 2019. Não houve adoção antecipada desta norma.

Notas Explicativas

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O impacto da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial será concentrado em reconhecimento de ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais de equipamentos e instalações, bem como será substituída a despesa linear de arrendamento operacional por um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Não se espera que a adoção do IFRS 16 produza impacto significativo para a Companhia, nem afete de maneira relevante a capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos, financiamentos e debêntures.

As análises associadas a mensuração e contabilização dos contratos de arrendamento estão substancialmente concluídas, estando pendentes os seguintes pontos: (i) taxa de desconto e; (ii) estimativa dos fluxos de pagamentos dos contratos de arrendamento pela parcela líquida ou bruta de impostos

A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos saldos em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

Outras normas

A Companhia está avaliando eventuais impactos das seguintes normas alteradas e interpretação emitida ainda não vigentes:

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro.
- Características de pré-pagamento com remuneração negativa (Alterações na IFRS 9).
- Alterações no plano, reduções ou liquidação do plano (Alterações no CPC33/IAS19).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 – várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 / CPC 11 contratos de seguros.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Notas Explicativas

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 26 de março de 2019, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 2p Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC 01 (R1)
- 7 Provisão para perda esperada – contas a receber
- 8b Impostos diferidos
- 12 Amortização dos ativos intangíveis
- 15 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários
- 16 Provisão de manutenção
- 20 Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Investimentos em títulos financeiros

Notas Explicativas

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swaps* de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos de taxas de juros.

Operações de *swap* de juros

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa livre de riscos na data de mensuração.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto aos poder concedente, que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos aos empréstimos em reais; (2) do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures; e (3) IGP-M relativo ao ônus da concessão; e (4) IPCA ou IGP-M relativo à tarifa básica de pedágio. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 13, 14, 20 e 21.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos e debêntures.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidos nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos
Debêntures (a)	247.611	371.445	341.800
Fornecedores e outras contas a pagar	21.742	-	-
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	2.853	-	-
Obrigações com o Poder Concedente	1.295	-	-
Mútuos - partes relacionadas	42.242	-	-

(a) Valores brutos do custo de transação.

Notas Explicativas**6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e bancos	7.198	4.477
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	-	49.954
	<u>7.198</u>	<u>54.431</u>
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	149.203	152.734
	<u>149.203</u>	<u>152.734</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 98,47% do CDI, equivalente a 6,29% ao ano, (99,32% do CDI, equivalente a 9,83% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2017).

7. Contas a receber

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Circulante		
Pedágio eletrônico - outros (a)	56.157	56.913
Receitas acessórias (b)	685	630
	<u>56.842</u>	<u>57.543</u>
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	(35)	(43)
	<u>56.807</u>	<u>57.500</u>

Idade de vencimento dos títulos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Créditos a vencer	56.784	57.453
Créditos vencidos até 60 dias	23	41
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	-	6
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	-	16
Créditos vencidos há mais de 180 dias	35	27
	<u>56.842</u>	<u>57.543</u>

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão; e
- (c) A provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

Notas Explicativas

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	456.571	519.562
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(155.234)	(176.651)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(1.420)	(1.656)
Incentivo relativo ao imposto de renda	4.474	5.791
Juros sobre capital próprio	-	4.407
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(343)	(325)
Outros ajustes tributários (a)	<u>(2.463)</u>	<u>(34)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(154.986)</u>	<u>(168.468)</u>
Impostos correntes	(149.758)	(157.230)
Impostos diferidos	<u>(5.228)</u>	<u>(11.238)</u>
	<u>(154.986)</u>	<u>(168.468)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>33,95%</u>	<u>32,43%</u>

- (a) O valor inclui os efeitos de pagamento de R\$ 3.020 a título de IR e CS (incluindo multa e juros) sobre serviços contratados em anos anteriores, com valor diferente do valor de mercado.

Notas Explicativas

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2017	Reconhecido no resultado	Saldo em 2018		
			Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	965	195	1.160	1.160	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	36	(24)	12	12	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	2.915	(1.212)	1.703	1.703	-
Varição cambial	(10.513)	10.513	-	-	-
Resultado de operações com derivativos	319	(14.394)	(14.075)	-	(14.075)
Provisão de manutenção	9.039	(9.039)	-	-	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(51.741)	8.579	(43.162)	40.930	(84.092)
Outros	75	154	229	229	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(48.905)	(5.228)	(54.133)	44.034	(98.167)
Compensação de imposto	-	-	-	(44.034)	44.034
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(48.905)	(5.228)	(54.133)	-	(54.133)

	2016	Reconhecido no resultado	Saldo em 2017		
			Valor Líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.001	(36)	965	965	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	44	(8)	36	36	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	2.410	505	2.915	2.915	-
Varição cambial	(17.675)	7.162	(10.513)	-	(10.513)
Resultado de operações com derivativos	11.737	(11.418)	319	319	-
Provisão de manutenção	21.570	(12.531)	9.039	9.039	-
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(56.957)	5.216	(51.741)	46.982	(98.723)
Outros	203	(128)	75	75	-
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(37.667)	(11.238)	(48.905)	60.331	(109.236)
Compensação de imposto	-	-	-	(60.331)	60.331
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(37.667)	(11.238)	(48.905)	-	(48.905)

- (a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) e custos de empréstimos capitalizados.

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Circulante	3.297	3.297	41.659	30.494	44.956	33.791
	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Não Circulante	9.891	13.188	124.976	166.024	134.867	179.212

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram apropriadas ao resultado o montante de R\$ 38.012 (R\$ 44.889 no exercício de 2017).

- (1) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão ou às indenizações de contratos sub-rogados foram ativados e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.
- (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa ao prazo da concessão estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos foi

Notas Explicativas

ativado durante o prazo original da concessão e está sendo apropriado ao resultado no período de extensão.

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2018 e 2017, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	2018					
	Transações			Saldos		
	Receitas	Serviços prestados	Despesas financeiras	Ativo		Passivo
Contas a receber				Cessão onerosa	Fornecedores e contas a pagar	
Controladora						
CCR S.A.	-	12.582 (a)	2.646 (b)	8 (d)	40.249 (b)	984 (a)
Outras partes relacionadas						
CPC	-	22.179 (e)	-	96 (d)	-	1.767 (e)
Rodoanel Oeste	-	-	-	44 (d)	-	28 (d)
Samm	2.928 (c)	470 (f)	-	3.017 (c)	-	-
Serveng Cívilsan	-	-	-	-	-	1
Metrô Bahia	-	-	-	15 (d)	-	56 (d)
ViaMobilidade	-	-	-	3 (d)	-	-
ViaQuatro	-	-	-	13 (d)	-	17 (d)
Total circulante, 31 de dezembro de 2018				1.668	40.249	2.853
Total não circulante, 31 de dezembro de 2018				1.528	-	-
Total, 31 de dezembro de 2018	2.928	35.231	2.646	3.196	40.249	2.853
Total circulante, 31 de dezembro de 2017				1.538	476	3.337
Total não circulante, 31 de dezembro de 2017				1.594	39.815	-
Total, 31 de dezembro de 2017	2.895	38.109	4.066	3.132	40.291	3.337
	2017					
	Transações			Saldos		
	Receitas	Serviços prestados	Despesas financeiras	Ativo		Passivo
				Contas a receber	Cessão onerosa	Fornecedores e contas a pagar
Controladora						
CCR S.A.	-	12.417 (a)	2.401 (b)	-	40.291 (b)	971 (a)
Outras partes relacionadas						
CPC	-	25.692 (e)	-	17 (d)	-	2.296 (e)
Rodoanel Oeste	-	-	1.665 (b)	12 (d)	-	11 (d)
Samm	2.895 (c)	-	-	3.004 (c)	-	-
SPVias	-	-	-	-	-	2 (d)
Serveng Cívilsan	-	-	-	-	-	1
BH Airpot	-	-	-	3 (d)	-	-
ViaMobilidade	-	-	-	-	-	-
ViaQuatro	-	-	-	96 (d)	-	56 (d)
Total circulante, 31 de dezembro de 2017				1.538	476	3.337
Total não circulante, 31 de dezembro de 2017				1.594	39.815	-
Total, 31 de dezembro de 2017	2.895	38.109	4.066	3.132	40.291	3.337

Despesas com profissionais chave da Administração

	2018	2017
Remuneração (g):		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.780	2.121
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	1.046	830
Complemento de PPR pago no ano	324	471
Previdência privada	84	131
Seguro de vida	3	4
	<u>3.237</u>	<u>3.557</u>

Notas Explicativas

Saldos a pagar aos profissionais chave da Administração:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remuneração dos administradores (g)	1.142	1.019

Na Assembleia Geral Ordinária (AGOE) realizada em 16 de abril de 2018, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 5.000, incluindo salários, benefícios, remuneração variável e contribuição para a seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos, executada pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (b) Refere-se a cessão onerosa de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas do Rodoanel Oeste, conforme autorizado pelo artigo 33 da MP nº 651/14, convertida para Lei 13.043/2014. Os juros de 105% do CDI, estão sendo pagos semestralmente em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação que deve ocorrer em 28 de outubro de 2019, quando será efetuado o pagamento do principal desta operação. Em 03 de maio de 2017, o Rodoanel Oeste vendeu os recebíveis para a CCR, sendo que nesta operação houve desconto dos créditos futuros a uma taxa de mercado de 127,73% do CDI;
- (c) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após o recebimento e aceitação. Qualquer atraso no pagamento está sujeito à incidência de juros à taxa de 1% ao mês, calculados proporcionalmente a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento, mais multa moratória de 2% sobre o valor devido e atualização monetária calculada pela variação do IGP-M;
- (d) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores;
- (e) Contrato de prestação exclusivo de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujo valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês seguinte ao do faturamento;
- (f) Prestação de serviços de transmissão de dados; e
- (g) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

11. Ativo imobilizado

Movimentação do custo

	<u>2017</u>	<u>2018</u>			<u>Saldo final</u>
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (a)</u>	
Móveis e utensílios	4.222	-	(352)	96	3.966
Máquinas e equipamentos	37.477	-	(5.937)	1.258	32.798
Veículos	11.883	-	(990)	3.421	14.314
Instalações e edificações	400	-	(9)	-	391
Terrenos	4.722	-	-	-	4.722
Equipamentos operacionais	83.429	-	(9.133)	6.109	80.405
Imobilizado em andamento	6.475	8.694	-	(11.303)	3.866
	<u>148.608</u>	<u>8.694</u>	<u>(16.421)</u>	<u>(419)</u>	<u>140.462</u>

Notas Explicativas

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 526 em 2018 (R\$ 391 no exercício de 2017). A taxa média de capitalização em 2018, foi de 5,57% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 3,74% a.a. no exercício de 2017.

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	2017		2018	
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(3.040)	(368)	331	(3.077)
Máquinas e equipamentos	11	(24.990)	(3.312)	5.815	(22.487)
Veículos	25	(8.256)	(2.072)	976	(9.352)
Instalações e edificações	6	(357)	(18)	9	(366)
Equipamentos operacionais	14	(63.432)	(5.997)	8.935	(60.494)
		<u>(100.075)</u>	<u>(11.767)</u>	<u>16.066</u>	<u>(95.776)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

12. Ativos intangíveis

Movimentação do custo

	2017		2018			
	Saldo inicial	Adoção inicial CPC 47 / IFRS 15	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	1.522.821	(31.183)	-	(4)	28.509	1.520.143
Direitos de uso de sistemas informatizados	13.384	-	-	-	423	13.807
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	1.557	-	-	-	(204)	1.353
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios	251.709	-	-	-	-	251.709
Intangível	<u>1.789.471</u>	<u>(31.183)</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>28.728</u>	<u>1.787.012</u>
Intangível em construção	<u>-</u>	<u>31.183</u>	<u>25.769</u>	<u>-</u>	<u>(31.871)</u>	<u>25.081</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 1.938 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 5.949 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017). A taxa média anual de capitalização no exercício de 2017 foi de 5,57% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 3,74% a.a. no exercício de 2017.

Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	2017		2018		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(739.692)	(139.227)	3	3.562	(875.354)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(11.074)	(854)	-	-	(11.928)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(1.353)	-	-	-	(1.353)
Direito da concessão gerado na aquisição de negócios (b)	(*)	(151.284)	(18.112)	-	-	(169.396)
		<u>(903.403)</u>	<u>(158.193)</u>	<u>3</u>	<u>3.562</u>	<u>(1.058.031)</u>

(*) Amortização pela curva de benefício econômico.

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível;

(b) Direito da Concessão gerado na aquisição de negócios: refere-se ao ágio gerado após a reorganização societária, conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005.

Notas Explicativas

13. Empréstimos

<u>Instituições financeiras</u>	<u>Taxas contratuais</u>	<u>Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Em moeda estrangeira					
1. Banco de Tokyo -Mitsubishi Ufj (a)	LIBOR+2,10% a.a.	N/I	Janeiro de 2019	-	154.608 (b)
Subtotal em moeda estrangeira				-	154.608
Total geral				-	154.608
Circulante				-	5.803
Não circulante				-	148.805

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

1. Em 05 de janeiro de 2018, ocorreu a liquidação antecipada do contrato de financiamento com o Banco de Tokyo, com recursos da 7ª emissão de debêntures.
 - (a) Por entender ser informação mais relevante, dado que a operação está protegida na sua totalidade por contrato de *swap*, a Companhia decidiu mensurar esta operação ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa nº 20, para maiores detalhes).

Garantias:

- (b) Aval / Fiança Corporativa da Controladora CCR na proporção de sua participação acionária direta.

14. Debêntures

<u>Série</u>	<u>Taxas contratuais</u>	<u>Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)</u>	<u>Custos de transação incorridos</u>	<u>Saldo dos custos a apropriar</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
1. 5ª Emissão - Série 2 (c)	IPCA + 5,67% a.a.	5,8865% (b)	1.334	-	Setembro de 2019	197.322	193.822 (d)
2. 6ª Emissão - Série Única	IPCA + 6,2959% a.a.	6,6313% (b)	3.706	2.298	Novembro de 2021	288.519	277.166 (d)
3. 7ª Emissão - Série Única	106,25% do CDI	0,0593% (a)	587	456	Novembro de 2020	331.275	330.543 (e)
Total geral				2.754		817.116	801.531
Circulante							
Debêntures						201.159	13.187
Custo de transação						(978)	(1.179)
						200.181	12.008
Não Circulante							
Debêntures						618.711	792.425
Custo de transação						(1.776)	(2.902)
						616.935	789.523

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- (b) O custo efetivo desta transação refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 20.

Notas Explicativas

Garantias:

- (d) Não existem garantias;
- (e) Garantia real.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2018
2020	330.000
2021	288.711
	<u>618.711</u>

A seguir especificamos as principais condições, garantias e cláusulas restritivas vinculados aos contratos de debêntures, seguindo a indexação da primeira coluna do quadro onde as operações estão detalhadas. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente.

1. Em 15 de setembro de 2014, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 476, no valor nominal total de R\$ 440.000 sendo R\$ 290.000 da 1ª série e R\$ 150.000 da 2ª série, não podendo ser facultativamente resgatadas.

No dia 15 de setembro de 2017, ocorreu a quitação da 1ª série da 5ª emissão das debêntures, mantendo-se a 2ª série.

Os juros da 2ª série estão sendo pagos semestralmente, a partir de 15 de março de 2015 e o principal será amortizado no vencimento da operação, em 15 de setembro de 2019.

As debêntures da segunda série têm seu valor nominal atualizado pelo IPCA e juros remuneratórios 5,67% a.a. incidentes sobre o valor atualizado.

Em 27 de outubro de 2014, foram contratadas operações de *swap* para a 2ª série, onde houve a troca do indexador IPCA + 5,67% a.a., para todos os vencimentos de juros e vencimento do principal, pelos percentuais de 99,9% a 100% do CDI.

O principal critério para vencimento antecipado das debêntures desta emissão é a distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela emissora, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da emissora seja superior a 4. Há exceção se a ViaOeste optar por contratar e apresentar ao agente fiduciário carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, emitida por instituição financeira autorizada, conforme definido na escritura de emissão.

2. Em 15 de novembro de 2016, ocorreu a 6ª emissão de debêntures nominativas, escriturais, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, enquadradas na Lei nº 12.431/2011 e nos termos da Portaria nº 605/2016 do Ministério dos Transportes, com valor nominal total de R\$ 270.000, vencimento em 15 de novembro de 2021, atualização pelo IPCA e juros remuneratório de 6,2959% a.a.. Os juros serão pagos semestralmente a partir de 15 de novembro de 2017 e o principal no vencimento.

Dentre as principais cláusulas de restrição, a Emissora obriga-se a não distribuir dividendos caso o índice Dívida Líquida / EBITDA seja maior de 4,0, apurado semestralmente.

Notas Explicativas

Poderá ocorrer resgate antecipado da totalidade das debêntures após 4 anos a partir da data de emissão, mediante pagamento de prêmio, conforme fórmula constante da escritura de emissão, e não poderão ser objeto de amortização extraordinária facultativa.

As debêntures continuarão vigentes até a data de vencimento e contarão com fiança e garantia real da Companhia caso ocorra o término do contrato de concessão, como consequência de decisão judicial transitada em julgado, relativa a certas ações que tenham sido movidas pelo Estado de São Paulo e a ARTESP contra a emissora.

3. Em 30 de novembro de 2017 foi realizada a 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, quirografária, com garantia fidejussória, com condição suspensiva e em série única. A emissão, no valor nominal total de R\$ 330.000 vencimento em novembro de 2020. O pagamento de juros é semestral e o pagamento do principal no vencimento.

A emissão conta com garantia fidejussória, com condição suspensiva da CCR, isto é, a fiança da controladora entrará em vigor se antes da data de vencimento desta debênture, ocorrer o término antecipado do contrato de concessão em razão de decisão judicial exequível desfavorável à ViaOeste, proferida no âmbito das ações (i) 0019924-81.2013.8.26.0053; e (ii) 1027970-08.2014.8.26.0053, ambas movidas pela ViaOeste contra o Estado de São Paulo e ARTESP; ou (iii) 1019684-41.2014.8.26.0053, movida pelo Estado de São Paulo e a ARTESP contra a ViaOeste.

Adicionalmente, além das obrigações usuais neste tipo de emissão, a ViaOeste não poderá distribuir dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso a relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado da ViaOeste seja superior a 4 vezes, a partir das apurações semestrais realizadas com base nas demonstrações financeiras ou informações trimestrais da emissora. Todavia, ficará a critério da ViaOeste, contratar e apresentar ao agente fiduciário carta(s) de fiança bancária no valor correspondente à dívida representada pelas debêntures em circulação, caso queira distribuir dividendos acima do mínimo legal.

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos; (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2017		2018			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Atualização de bases processuais e monetária	Pagamentos	Saldo final
Não circulante						
Cíveis e administrativos	3.562	724	(737)	318	(2.029)	1.838
Trabalhistas e previdenciários	5.011	2.467	(1.151)	(1.664)	(1.490)	3.173
	<u>8.573</u>	<u>3.191</u>	<u>(1.888)</u>	<u>(1.346)</u>	<u>(3.519)</u>	<u>5.011</u>

Notas Explicativas

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Cíveis e administrativos	2.174	234
Trabalhistas	<u>2.188</u>	<u>2.609</u>
	<u>4.362</u>	<u>2.843</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 3.247 (R\$ 5.264 em 31 de dezembro de 2017).

16. Provisão de manutenção

	<u>2017</u>		<u>2018</u>		
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição/ reversão de provisão a valor presente</u>	<u>Reversão do ajuste a valor presente</u>	<u>Realização</u>	<u>Saldo Final</u>
Circulante	26.586	1.730	462	(28.778)	-
	<u>26.586</u>	<u>1.730</u>	<u>462</u>	<u>(28.778)</u>	<u>-</u>

As taxas anuais de 2017 e 2018 para cálculo do valor presente, foram de 13,93% e 7,54%, respectivamente.

17. Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 139.763, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, dividido em 13.976.292.242 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 6.988.146.121 ordinárias e 6.988.146.121 preferenciais.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

Constituída em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Esta retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração (CAD), conforme Proposta da Administração e deliberado em AGO.

A proposta de orçamento de capital está justificada, substancialmente, pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão.

Notas Explicativas

d. Reserva de capital

A reserva de capital, no montante de R\$ 2.642, é oriunda da diferença entre o valor do acervo líquido incorporado e o valor do patrimônio líquido da Wolfson Empreendimentos Ltda., por ocasião de sua incorporação conforme estabelecido no Protocolo de Incorporação e Instrumento de Justificação datado de 28 de junho de 2005.

e. Dividendos

Em 27 de fevereiro de 2018, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 40.000 correspondentes a R\$ 2,7257 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 2,9983 por lote de mil ações preferenciais, à conta de reserva de retenção de lucros do exercício de 2017, pagos em 28 de fevereiro de 2018.

Em 28 de março de 2018, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 47.889 correspondentes a R\$ 3,2633 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 3,5896 por lote de mil ações preferenciais, à conta de reserva de retenção de lucros do exercício de 2017, pagos em 29 de março de 2018.

Em 26 de outubro de 2018, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 226.580 correspondentes a R\$ 15,4397 por lote de mil ações ordinárias e R\$ 16,9837 por lote de mil ações preferenciais, sendo R\$ 226.580 à conta da totalidade dos lucros apurados no período de 1º de janeiro de 2018 a 30 de setembro de 2018, pagos em 26 de outubro de 2018.

A Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 75.005, a serem aprovados na AGO de 2019.

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2018, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	<u>2018</u>
Lucro líquido do exercício	301.585
(-) Constituição de reserva legal	<u>-</u>
Lucro líquido ajustado	<u>301.585</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	<u>75.396</u>
Total dos dividendos pagos	<u><u>226.580</u></u>

Notas Explicativas

f. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

Lucro por ação - básico e diluído

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Numerador		
Lucro líquido do período	301.585	351.094
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias - básico e diluído (em milhares)	6.988.146	6.988.146
Média ponderada de ações preferenciais - básico e diluído (em milhares)	6.988.146	6.988.146
Lucro por ação ordinária - básico e diluído	0,02055	0,02392
Lucro por ação preferencial - básico e diluído (a)	0,02261	0,02632

(a) Para as ações preferenciais da Companhia é assegurado o recebimento de dividendos, em 10% maior que às ações ordinárias.

18. Receitas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas de pedágio	993.618	1.046.603
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	24.468	49.941
Receitas acessórias	15.541	14.722
Outras receitas	325	570
Receita bruta	<u>1.033.952</u>	<u>1.111.836</u>
Impostos sobre receitas	(87.353)	(86.960)
Abatimentos	-	(1)
Deduções da receita bruta	<u>(87.353)</u>	<u>(86.961)</u>
Receita líquida	<u><u>946.599</u></u>	<u><u>1.024.875</u></u>

Notas Explicativas

19. Resultado financeiro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(51.891)	(45.192)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(462)	(3.962)
Capitalização de custos dos empréstimos	2.464	6.340
Perda com operações de derivativos	(46.609)	(65.173)
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value hedge</i>)	(2.520)	(11.182)
Variação monetária sobre debêntures	(22.229)	(15.016)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	(29.390)
Juros e variações monetária sobre mútuos	(2.646)	(4.066)
Variações Cambiais s/ Fornecedores estrangeiros	(6)	(2)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(2.562)	(2.254)
	<u>(126.461)</u>	<u>(169.897)</u>
Receitas financeiras		
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	2.838	28.064
Variação monetária sobre empréstimos	4.648	2.223
Rendimento sobre aplicações financeiras	6.348	9.463
Ganho com operações de derivativos	46.697	55.073
Valor justo sobre financiamentos (<i>fair value hedge</i>)	8.654	4.402
Juros e outras receitas financeiras	1.334	4.707
	<u>70.519</u>	<u>103.932</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(55.942)</u>	<u>(65.965)</u>

20. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

É adotada a manutenção de contratos de *hedge* para proteção de 100% dos pagamentos vincendos nos próximos 24 meses, de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relativos às empresas sediadas no Brasil, ou de acordo com critérios estabelecidos em contratos de financiamento.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A., possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Notas Explicativas

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas Demonstrações Financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	2018			2017		
	Valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos						
Caixa e bancos	7.198	-	-	4.477	-	-
Aplicações financeiras	149.203	-	-	202.688	-	-
Contas a receber	-	56.807	-	-	57.500	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	3.196	-	-	3.132	-
Contas a receber com operações de derivativos	44.797	-	-	41.192	-	-
Passivos						
Contas a pagar com operações de derivativos	-	-	-	(33.794)	-	-
Debêntures e notas promissórias (a)	(197.322)	-	(619.794)	(193.822)	-	(607.709)
Empréstimos em moeda estrangeira	-	-	-	(154.608)	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(21.742)	-	-	(25.287)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(2.853)	-	-	(3.337)
Cessão onerosa - partes relacionadas	-	-	(40.249)	-	-	(40.291)
Obrigações com o Poder Concedente	-	-	(1.295)	-	-	(1.372)
	<u>3.876</u>	<u>60.003</u>	<u>(685.933)</u>	<u>(133.867)</u>	<u>60.632</u>	<u>(677.996)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e bancos, e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo. As aplicações financeiras em CDB (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores e contas a pagar – partes relacionadas, e cessão onerosa – partes relacionadas** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Contas a receber e a pagar com derivativos** - Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).
- **Obrigações com o poder concedente** – Consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas.
- **Empréstimos em moeda estrangeira mensurados ao valor justo por meio do resultado**- A Companhia captou empréstimos em moeda estrangeira (dólar norte-americano), tendo sido contratados *swaps* trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração desses empréstimos pelo valor justo (*fair value option*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado, causado pela mensuração dos derivativos a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estes empréstimos fossem mensurados pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 152.601 em 31 de dezembro de 2017 (não há saldo em 31 de dezembro de 2018).

Notas Explicativas

<u>Taxa contratual da dívida</u>	<u>Taxa contratual - Swap</u>	<u>Custo amortizado (a)</u>
Libor de 3 meses + 2,10% a.a.	117,50% do CDI	152.601

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 13.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base nas taxas contratuais futuras obtidas através de fontes públicas (B3 e Bloomberg), mais cupom da operação e trazendo a valor presente pelo cupom limpo.

- **Debêntures mensurados ao custo amortizado**- Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	<u>Valor contábil (a)</u>	<u>Valor justo (b)</u>	<u>Valor contábil (a)</u>	<u>Valor justo (b)</u>
Debêntures	622.548	644.560	611.271	634.096

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

(b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de valor justo”, a seguir.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*fair value option e hedge accounting*)**- A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*fair value option/hedge accounting*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 193.927 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 186.818 em 31 de dezembro de 2017), conforme detalhado a seguir:

<u>Taxa contratual da dívida</u>	<u>Taxa contratual - Swap</u>	<u>Custo amortizado (a)</u>
5a Emissão - Série 2 IPCA + 5,67% a.a	99,9% até 100% do CDI	193.927

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 14.

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados a seguir:

Notas Explicativas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Nível 2:		
Aplicações financeiras	149.203	202.688
Derivativos	44.797	7.398
Empréstimos em moeda estrangeira	-	(154.608)
Debêntures	(197.322)	(193.822)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos contratadas têm por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas, além de proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 2ª série da 5ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

Notas Explicativas

	Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de Referência)	Valores de Referência (Nocional) (1)		Valor Justo		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito Acumulado		Resultado			
					Moeda Local		Moeda Local		Moeda Local		Moeda Local		Valores a receber/(recebidos)		Ganho/(Perda) em resultado	
					2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Posição ativa	BTG Pactual	27/10/2014	16/09/2019 (2)	IPCA + 5,67% a.a. 100% do CDI	75.000	75.000	98.661 (76.322)	97.131 (76.549)	233 -	(3.584)	22.339	20.582	-	1.990	4.480	
Posição passiva	Merrill Lynch	27/10/2014	16/09/2019 (2)	IPCA + 5,67% a.a. 99,90% do CDI	75.000	75.000	98.775 (76.317)	97.170 (76.560)	227 -	(3.584)	22.458	20.610	-	2.075	4.456	
TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO							44.797	41.192	460	(7.168)	44.797	41.192	-	4.065	8.936	
TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017							-	(33.794)	(37.771)	(47.229)	-	-	-	(3.977)	(19.036)	
TOTAL DAS OPERAÇÕES							44.797	7.398	(37.311)	(54.397)	44.797	41.192	-	88	(10.100)	

(1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor nocional mencionado é o da tranche vigente.

(2) Os contratos possuem vencimentos semestrais intermediários nos meses de março e setembro de cada ano, até o vencimento final.

Notas Explicativas

Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Riscos cambiais	(3.977)	(19.036)
Riscos de juros	4.065	8.936
	<u>88</u>	<u>(10.100)</u>

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos e debêntures com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2019 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivos Financeiros						
Debêntures - 5ª Emissão - 2ª Série	IPC-A ⁽³⁾	Setembro de 2019	193.927	(13.091)	(14.418)	(15.741)
Debêntures - 6ª Emissão	IPC-A ⁽³⁾	Novembro de 2021	290.818	(29.914)	(32.812)	(35.710)
Debêntures - 7ª Emissão	CDI ⁽²⁾	Novembro de 2020	331.730	(22.601)	(28.252)	(33.902)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	IPC-A ⁽³⁾	Setembro de 2019	(194.039)	13.098	14.426	15.750
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	CDI ⁽²⁾	Setembro de 2019	152.639	(6.873)	(8.591)	(10.309)
Aplicação financeira (Menkar II) ^{(6) (7)}	CDI ⁽²⁾		149.203	9.436	11.795	14.152
Total do efeito de ganho ou (perda)				<u>(49.945)</u>	<u>(57.852)</u>	<u>(65.760)</u>
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:						
CDI ⁽²⁾				6,40%	8,00%	9,60%
IPC-A ⁽³⁾				3,75%	4,69%	5,63%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 31/12/2018, divulgada pela B3/Cetip;
- (3) Refere-se a variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2018, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

Notas Explicativas

- (5) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI);
- (6) Saldo Líquido. O conceito aplicado para as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto para as aplicações financeiras, há um aumento da receita financeira; e
- (7) Como o conceito é de dívida líquida, o cenário para se mensurar o impacto no caixa sobre as aplicações financeiras é o mesmo para o endividamento, ou seja, de aumento de taxas de juros. Neste cenário, as aplicações financeiras se beneficiam, pois são pós-fixada.

21. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Compromissos com o Poder Concedente

Outorga Fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	Valor nominal		Valor presente	
	2018	2017	2018	2017
Outorga fixa	-	11.774	-	11.703

O compromisso foi pago em parcelas mensais e iguais até fevereiro de 2018, corrigidas monetariamente pela variação do Índice Geral de Preços - IGP-M, em julho de cada ano. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando uma taxa real de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

No decorrer do exercício de 2018, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 11.774 sendo R\$ 5.982 em caixa e R\$ 5.792 através de encontro de contas financeiras referente ao direito de outorga fixa (R\$ 70.098 no exercício de 2017, sendo R\$ 32.474 em caixa e R\$ 37.623 através de encontro de contas financeiras).

Outorga Variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 1,5% da receita mensal bruta.

No decorrer do exercício de 2018, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 15.243, referente ao direito de outorga variável (R\$ 15.905 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

b. Compromissos relativos à concessão

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 31 de dezembro de 2018 esses compromissos estavam estimados em R\$ 314.650 (R\$ 325.983 em 31 de dezembro de 2017).

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

Notas Explicativas

22. Demonstração dos fluxos de caixa

a. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

b. Reconciliação das atividades de financiamento

	Empréstimos e Financiamento	Debêntures	Mútuos/cessão onerosa com partes relacionadas	Dividendos a pagar	Operações com derivativos	Total
Saldo inicial	(154.608)	(801.531)	(40.291)	-	7.398	(989.032)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento						
Captações (líquidas dos custos de transação)	-	127	-	-	-	127
Dividendos pagos	-	-	-	314.469	-	314.469
Pagamentos de principal e juros	149.854	49.542	2.688	-	-	202.084
Liquidação de operações com derivativos	-	-	-	-	37.311	37.311
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	149.854	49.669	2.688	314.469	37.311	553.991
Outras variações						
Despesas com juros, variação monetária e cambial	2.746	(69.380)	(2.646)	-	-	(69.280)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	2.008	4.126	-	-	88	6.222
Outras variações que não afetam caixa	-	-	-	(314.469)	-	(314.469)
Total das outras variações	4.754	(65.254)	(2.646)	(314.469)	88	(377.527)
Saldo final	-	(817.116)	(40.249)	-	44.797	(812.568)

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Com Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da,

Concessionária da Rodovia do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A.

Barueri - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária da Rodovia do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária da Rodovia do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa 1.1, às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Comitê de Investigação Independente da sua controladora CCR S.A., em conjunto com assessores jurídicos e com empresa internacional de consultoria especializada, concluiu em 05 de dezembro de 2018 as investigações relacionadas aos assuntos citados na referida nota explicativa e, seu resultado, foi comunicado ao Conselho de Administração da sua controladora CCR S.A.. Conforme mencionado na nota explicativa 1.1, foi celebrado pela Companhia e determinadas empresas do Grupo CCR, Termo de Autocomposição com o Ministério Público do Estado de São Paulo, ainda não homologado judicialmente.

Por abrangerem fatos e informações protegidas por segredo de justiça, a Companhia e sua controladora CCR S.A. não puderam nos apresentar a totalidade da documentação suporte e, conseqüentemente, não foi possível obtermos evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre os possíveis impactos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção acima intitulada “Base para opinião com ressalva”, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Em decorrência do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, não foi possível concluir se as outras informações também poderiam estar distorcidas de forma relevante pela mesma razão, com relação aos valores e outros aspectos descritos na referida seção.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Contingências passivas

Conforme notas explicativas nº 2(i) e 15 a Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos de natureza cíveis, trabalhistas, tributários e previdenciários decorrentes do curso normal de suas atividades. Algumas leis e regulamentos no Brasil possuem grau de complexidade elevado, e portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativos aos processos, requer julgamento profissional da Companhia. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às contingências passivas, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Avaliamos a suficiência das provisões para contingências reconhecidas e dos valores das contingências divulgadas, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados na metodologia de mensuração da Companhia, considerando ainda a avaliação dos seus assessores jurídicos internos e externos, bem como efetuamos o envio de cartas de circularização aos advogados externos na data-base de 31 de dezembro de 2018 e realizamos o cruzamento entre os relatórios de contingências e as respostas das cartas de circularização. Efetuamos a comparação entre a nossa avaliação de probabilidade de êxito das principais teses fiscais e a da Companhia. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras fornecem informações sobre a natureza, exposição, valores provisionados ou divulgados relativos as principais contingências que a Companhia está envolvida.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os saldos relacionados às contingências passivas, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

– Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

– Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Wagner Bottino

Contador CRC 1SP196907/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Barueri/SP, 26 de março de 2019.

MARCELO BANDEIRA FERREIRA BOAVENTURA

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

FÁBIO RUSSO CORRÊA

Diretor de Engenharia e Operações

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Barueri/SP, 26 de março de 2019.

MARCELO BANDEIRA FERREIRA BOAVENTURA

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

FÁBIO RUSSO CORRÊA

Diretor de Engenharia e Operações